

Notas Explicativas Da Administração Às Demonstrações Contábeis
Exercícios Findos Em 31 De Dezembro De 2024 (Em Reais).

1. Contexto Operacional

A Fundação Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas – AMAZONPREV é a única unidade gestora do Regime Próprio dos Servidores do Estado do Amazonas, sua sede está localizada no Município de Manaus - Amazonas, na Av. Visconde de Porto Alegre nº 486 - Praça 14 de Janeiro, CEP 69010-125.

Originalmente a instituição foi constituída como Serviço Social Autônomo pela Lei Complementar Estadual nº 30, de 27 de dezembro de 2001, que promoveu adequação ao texto Constitucional, e a Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, que dispõe sobre a organização e funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).

A publicação da Lei Complementar nº 93, de 25 de novembro de 2011, ratificada pela Lei Complementar nº 117, de 20 de maio de 2013, alterou a natureza jurídica da Amazonprev para Fundação de Direito Público, e posteriormente outras modificações foram necessárias resultando assim na consolidação da Lei Complementar nº 30, de 18 de abril de 2024, que reflete um esforço para alinhar a gestão previdenciária estadual com as diretrizes e normas federais, visando assegurar a sustentabilidade financeira e atuarial do sistema, conforme exigido para os Regimes Próprios de Previdência Social.

Ressalte-se que a Fundação Amazonprev adota o regime previdenciário único e cabe ao Governo do Estado do Amazonas a responsabilidade pela cobertura das insuficiências financeiras dos regimes de previdência e pagamentos de benefícios, de acordo com a Lei nº 9.717/1998.



2. Base De Elaboração E Apresentação Das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com os procedimentos adotados no Brasil, em atendimento as diretrizes e normas assim estabelecidas:

- Secretaria do Tesouro Nacional – STN, órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, por meio do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) Partes gerais, I, II, III, IV e V – 10ª edição, aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 23, de 11 de dezembro de 2023 e Portaria STN/MF nº 1.568, de 11 de dezembro de 2023.
- Lei Federal n.º 4.320/64, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, de acordo com o disposto no art. 5º, inciso XV, letra b, da Constituição Federal.
- Lei Complementar Federal n.º 101/2000, com detalhamento por meio das Instruções de Procedimentos Contábeis – IPC (atualizadas até 2024).
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as disposições do Conselho Federal de Contabilidade - CFC relativas aos Princípios de Contabilidade.
- Portaria STN nº 634, de 19 de novembro de 2013, que dispõe acerca da consolidação das contas públicas, complementada pela Portaria STN nº 1.569, de 11 de dezembro de 2023, que dispõe sobre prazos-limite de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais sob a mesma base conceitual.
- Portaria STN/MF n.º 687, de 06 de julho de 2023, que aprova o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP a ser adotado obrigatoriamente para o exercício financeiro de 2024, assim como nas orientações constantes da Nota Técnica Conjunta SPPS/MPS/STN/MF n.º 001/2016 e Nota Técnica n.º 11/2016/CCONF/SUCON/ STN/MF-DF.



Vale noticiar que há uma análise constante das versões atualizadas das Instruções de Procedimentos Contábeis - IPC, disponíveis no Portal do Tesouro Nacional, visando ajustar as normas de preenchimento dos demonstrativos à 10ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, juntamente com as atualizações do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP e das classificações orçamentárias de Receita e Despesa através do Manual Técnico do Orçamento - MTO.

As notas explicativas evidenciam os valores relevantes expressos nas demonstrações contábeis deste exercício e as informações qualitativas são atributos que transformam as informações disponibilizadas em úteis aos seus utentes.

Esta Fundação é parte integrante da Administração Indireta, e considerando a necessidade de consolidação do Balanço Geral do Governo do Estado, todos os dados contábeis foram lançados no Sistema de Administração Financeira Integrada – AFI, fonte para as informações contidas nessa Nota Explicativa.

3. As Principais Práticas Contábeis

3.1. Balanço Orçamentário

3.1.1. Critérios Contábeis Adotados Para O Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário previsto no art. 102 e anexo 12 da Lei 4.320/64 apresenta as Receitas Estimadas e as Despesas Fixadas no orçamento, em confronto com as Receitas Arrecadadas e as Despesas Executadas, respectivamente.

Confrontando-se as Receitas Arrecadadas com as Estimadas é possível avaliar o grau de planejamento e o desempenho da arrecadação em determinado período, e confrontando as Despesas Executadas com as Fixadas é possível analisar o comportamento da administração e ação do gestor, mediante autorização legislativa que limitou os gastos.



O confronto das diferenças entre as Receitas Estimada e as Despesas Fixadas, bem como entre as Receitas Arrecadas e Despesas Executadas, pode apresentar resultados orçamentários superavitários (receita maior que despesa) ou deficitários (receita menor que despesa).

3.1.2. Critérios De Reconhecimento E Classificação Das Receitas Orçamentárias

A Contabilidade aplicada ao setor público possui distintos enfoques, no que tange aos regimes de lançamento das receitas orçamentárias:

- a) No enfoque contábil patrimonial, as receitas devem ser lançadas pelo regime de competência, atendendo ao disposto na 10ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.
- b) No enfoque orçamentário, as receitas são caracterizadas conforme art. 11 da Lei 4.320/1964, devem ser lançadas pelo regime de caixa, de acordo com sua efetiva arrecadação, em consonância com o disposto no art. 35 da Lei n.º 4.320/1964. As receitas são apresentadas sem ajuste inflacionário, ou seja, em moeda original do ano de realização, expressa em reais.

As receitas orçamentárias estão apresentadas conforme a classificação econômica (natureza da despesa), estabelecida por meio de Portaria Ministerial (Secretária de Orçamento Federal – SOF) e Secretária do Tesouro Nacional – STN.

Esta Amazonprev apresenta em seu Balanço Orçamentário – Anexo 12:

- a) A receita apresentou uma arrecadação excedente no valor de R\$ 178.985.819,75 (Cento e setenta e oito milhões, novecentos e oitenta e cinco



mil, oitocentos e dezenove reais e setenta e cinco centavos), obtida pela diferença entre o total da **Previsão Atualizada**, R\$ 2.052.115.580,86 (dois bilhões, cinquenta e dois milhões, cento e quinze mil, quinhentos e oitenta reais e oitenta e seis centavos) e o total da **Receita Realizada**, R\$ 2.231.101.400,61 (dois bilhões, duzentos e trinta e um milhões, cento e um mil, quatrocentos reais e sessenta e um centavos), correspondendo a um acréscimo em relação ao previsto de 8,72%. Vale evidenciar que este excedente foi atribuído as arrecadações das contribuições do servidor, arrecadações das contribuições patronal, receita patrimonial, outras receitas correntes e receitas de capital.

- b) As **receitas de contribuições** foram recebidas no vencimento e totalizaram no exercício o valor de R\$ 1.956.262.155,87 (um bilhão, novecentos e cinquenta e seis milhões, duzentos e sessenta e dois mil, cento e cinquenta e cinco reais e oitenta e sete centavos). Deste montante o valor de R\$ 1.894.924.917,90 (um bilhão, oitocentos e noventa e quatro milhões, novecentos e vinte e quatro mil, novecentos e dezessete reais e noventa centavos) é oriundo das arrecadações dos servidores Ativos Civil e Militar, Inativos e Pensionistas do Poder Executivo (incluindo a Defensoria Pública /DPE), Poder Legislativo (ALEAM e TCE), Poder Judiciário TJAM e a Procuradoria Geral de Justiça/PGJ. A diferença que perfaz o valor de R\$ 61.337.237,97 (setenta e quatro milhões, novecentos e setenta e três mil, novecentos e setenta reais e treze centavos) é referente a Taxa de Administração, oriunda das contribuições previdenciárias dos planos de custeio, arrecadado nos planos Financeiro e Previdenciário, e transferidos para custear as despesas correntes e de capital necessárias a organização e ao funcionamento da unidade gestora do RPPS.
- c) As **receitas patrimoniais** registradas no exercício foram de R\$ 197.906.916,46 (cento e noventa e sete milhões, novecentos e seis mil, novecentos e dezesseis reais e quarenta e seis centavos), sendo R\$ 894.543,90 (oitocentos e noventa e quatro mil, quinhentos e quarenta e três reais e noventa centavos), relativas ao



recebimento de aluguéis dos imóveis pertencentes ao Fundo Previdenciário e o valor de R\$ 197.012.372,56 (cento e noventa e sete milhões, doze mil, trezentos e setenta e dois reais e cinquenta e seis centavos) referente a valores mobiliários decorrentes de ganhos de investimentos apurados por ocasião dos resgates efetuados, detalhado no Relatório Anual de Investimentos.

- d) Destaca-se na rubrica **Outras Receitas Correntes** cujo montante é de R\$ 74.973.970,13 (setenta e quatro milhões, novecentos e setenta e três mil, novecentos e setenta reais e treze centavos), desse valor parte é referente à receita de Compensação Previdenciária no total bruto de R\$ 72.337.871,77 (setenta e dois milhões, trezentos e trinta e sete mil, oitocentos e setenta e um reais e setenta e sete centavos), referente às competências dezembro/23 a novembro/24. A diferença que perfaz o valor de R\$ 2.636.098,36 (dois milhões, seiscentos e trinta e seis mil, noventa e oito reais e trinta e seis centavos), referente-se à Restituições de Folha de Pagamento.
- e) A **receita de capital** no valor de R\$ R\$ 1.958.358,15 (um milhão, novecentos e cinquenta e oito mil, trezentos e cinquenta e oito reais e quinze centavos), refere-se ao recebimento dos títulos CVS do valor principal.
- f) **Déficit Orçamentário** – O confronto do total das Receitas Realizadas com as Despesas Empenhadas resultou na apuração do déficit orçamentário no valor de 1.521.591.331,51 (um bilhão, quinhentos e vinte e um milhões, quinhentos e noventa e um mil, trezentos e trinta e um reais e cinquenta e um centavos), demonstrando que as receitas próprias não foram suficientes para custear todas as despesas do RPPS.

As contribuições previdenciárias (Receitas), oriundas dos segurados do Fundo Financeiro e do Fundo dos Militares, não são insuficientes para pagamento dos benefícios (Despesas), exigindo cobertura oriunda do orçamento Estadual,



cabendo aos Poderes Executivo (UG 14102 - SEFAZ Centralizadora), Legislativo (ALEAM e TCE), Judiciário (TJAM) e Ministério Público (PGJ), aportar recursos complementares para suportar o déficit corrente, ou insuficiência financeira, nos termos da lei estadual.

Déficit Orçamentário	R\$ 1
Receita Realizadas	2.231.101.400,61
Despesas Empenhadas	3.752.692.732,12
Déficit Orçamentário	- 1.521.591.331,51

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

3.1.3. Critérios De Reconhecimento E Classificação Das Despesas Orçamentárias

As despesas orçamentárias, resultantes de autorização legislativa fixadas na Lei Estadual nº 6.672 de 29/12/2023 (Lei de Orçamento Anual – LOA), seguem em regime contábil da competência, sendo consideradas realizadas quando do seu empenho (art.35 da Lei 4.320/64). As despesas são apresentadas sem ajuste inflacionário, ou seja, em moeda original do ano de realização, expressa em reais.

As despesas orçamentárias estão apresentadas conforme a classificação econômica (natureza da despesa) atendendo as orientações do Manual de Contabilidade – STN e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. As despesas são elencadas pelos seus valores empenhados no exercício.

Despesas Orçamentárias	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo de Dotação
Despesas Correntes	3.751.668.732,12	3.749.823.205,54	3.718.795.127,33	60.595.646,63
Pessoal Enc.Sociais	3.712.436.730,66	3.712.436.730,55	3.681.439.534,78	59.538.425,84
Outras Despesas Correntes	39.232.001,46	37.386.474,99	37.355.592,55	1.057.220,79
Despesas de Capital	1.024.000,00	1.024.000,00	1.024.000,00	61,06
Total da Despesas	3.752.692.732,12	3.750.847.205,54	3.719.819.127,33	60.595.707,69

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI



- a) As despesas orçamentárias apresentaram uma economia no saldo de dotação no valor de R\$ 60.595.707,69 (sessenta milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, setecentos e sete reais e sessenta e nove centavos), calculada pela diferença entre a dotação atualizada, R\$ 3.813.288.439,81 (três bilhões, oitocentos e treze milhões, duzentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e trinta e nove reais e oitenta e um centavos) e a despesa empenhada, R\$ 3.752.692.732,12 (três bilhões, setecentos e cinquenta e dois milhões, seiscentos e noventa e dois mil, setecentos e trinta e dois reais e doze centavos).
- b) As despesas com pessoal e encargos empenhados, referente ao exercício de 2024, resultou no valor de R\$ 3.712.436.730,66 (três bilhões, setecentos e doze milhões, quatrocentos e trinta e seis mil, setecentos e trinta reais e sessenta e seis centavos). Ressalte-se que deste total os pagamentos de benefícios previdenciários (aposentadorias e pensões) perfizeram o montante de R\$ 3.674.982.064,23 (três bilhões, seiscentos e setenta e quatro milhões, novecentos e oitenta e dois mil, sessenta e quatro reais e vinte e três centavos), que representa 98,99% destas despesas, enquanto que com o quadro próprio da Amazonprev as despesas representam o percentual de 1,01%, equivalente ao montante de R\$ 37.454.666,43 (trinta e sete milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e seis reais e quarenta e três centavos).
- c) A rubrica Outras Despesas Correntes, cujo montante é de R\$ 39.232.001,46 (trinta e nove milhões, duzentos e trinta e dois mil, um real e quarenta e seis centavos), é composta pelos valores empenhados referente à manutenção das atividades administrativas da Fundação Amazonprev.



- d) Os investimentos no valor de R\$ 1.024.000,00 (um milhão e vinte e quatro mil reais) destinam-se à aquisição de materiais permanentes, essenciais para otimizar e garantir o bom andamento das atividades administrativas. Esses recursos representam um compromisso sério em fornecer os equipamentos necessários para impulsionar a eficiência e a produtividade do ambiente de trabalho.
- e) O superávit financeiro no valor de R\$ 341.939.916,28 (trezentos e quarenta e um milhões, novecentos e trinta e nove mil, novecentos e dezesseis reais e vinte e oito centavos), possibilitou a abertura de créditos adicionais e contribuiu para o equilíbrio do orçamento durante a execução do exercício, impactando de maneira positiva a gestão orçamentária. Do total mencionado, R\$ 318.900.129,73 (trezentos e dezoito milhões, novecentos mil, cento e vinte e nove reais e setenta e três centavos) foram empenhados, conforme apresentado no quadro a seguir.

Despesas Empenhadas com Fonte de Recurso de Superávit 2024		
Vinculada	FR	R\$
a. Recursos não Vinculados	2.500.100.	28.399.441,99
b. Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS		R\$ 290.500.687,74
Taxa de Administração	2.802.202.	8.654.024,94
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	2.801.261.	136.273.364,25
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	2.800.262.	109.965.423,86
Fundo de Proteção Previdenciária dos Militares FPPM	2.803.264.	35.607.874,69
Superávit Total		318.900.129,73

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

- f) As Receitas e Despesas Intraorçamentárias fazem parte do Balanço Orçamentário (MCASP 10ª Edição), estas entradas e saídas referem-se a valores recebidos e empenhados entre órgãos da mesma estrutura do ente federativo, integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social,



representando tão somente movimentações de receitas e despesas entre seus órgãos.

- g) As receitas intraorçamentárias alcançaram o total de R\$ 990.368.347,83 (novecentos e noventa milhões, trezentos e sessenta e oito mil, trezentos e quarenta e sete reais e oitenta e três centavos), enquanto as despesas intraorçamentárias chegaram a R\$ 156.470.877,65 (cento e cinquenta e seis milhões, quatrocentos e setenta mil, oitocentos e setenta e sete reais e sessenta e cinco centavos), conforme apresentado no quadro abaixo.
- h) A receita a maior é proveniente das Contribuições Patronais dos Servidores Ativo, Inativo e Pensionista, enquanto as Despesas são Obrigações Patronais proveniente da sistemática da folha de pagamento das despesas de pessoal e encargos Social do Poder Executivo.

Receitas e Despesa Intraorçamentárias R\$		
Ano	Receita Arrecadada	Despesas Empenhadas
2023	969.589.116,10	149.736.997,89
2024	990.368.347,83	156.470.877,65

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

- i) O Restos a Pagar demonstrados no Balanço Orçamentário extraído do Sistema de Administração Financeira Integrada - AFI: Constituem os Restos a Pagar – RAP, as despesas legalmente empenhadas no exercício corrente e não pagas, conta de natureza orçamentaria com impacto no orçamento do exercício de inscrição. A inscrição do RAP, no exercício de 2024, totalizou o montante de R\$ 32.873.604,79 (trinta e dois milhões, oitocentos e setenta e três mil, seiscentos e quatro reais e setenta e nove centavos), sendo que parte desse valor R\$ 1.845.526,58 (um milhão, oitocentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e vinte e seis reais e cinquenta e oito centavos) é referente ao Restos a Pagar não Processado, despesas que embora empenhadas no



exercício corrente não foram liquidadas (executadas) até 31 de dezembro. Vale destacar que o montante de R\$ 31.028.078,21 (trinta e um milhões, vinte e oito mil, setenta e oito reais e vinte e um centavos) é referente aos Restos a Pagar Processado, que é a diferença entre as Despesas Liquidadas e Despesas Pagas.

3.2. Balanço Financeiro

3.2.1. Critérios Contábeis Adotados Para O Balanço Financeiro (art. 103, lei 4.320/64)

O Balanço Financeiro é a demonstração das receitas e despesas orçamentárias, assim como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa, provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

Apresentamos a seguir uma síntese do resultado da execução financeira da Amazonprev.

DISCRIMINAÇÃO	TOTAIS
1 - Receita Orçamentaria	R\$ 2.231.101.400,61
2 - Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 6.957.370.475,01
3 - Recebimentos Extra-Orçamentaria	R\$ 2.794.692.202,18
4 - Saldo em espécie do Exercício Anterior	R\$ 5.635.956.745,31
5 - Total da Receita (1+2+3+4)	17.619.120.823,11
6 - Despesa Orçamentaria	R\$ 3.752.692.732,12
7 - Transferências Financeiras Concedidas	R\$ 4.803.398.821,28
8 - Pagamentos Extra-Orçamentaria	R\$ 4.296.672.853,91
9 - Saldo em espécie p/ o Exercício Seguinte	R\$ 4.766.356.415,80
10 - Total da Despesa (6+7+8+9)	17.619.120.823,11

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI



- a. As **Receitas Orçamentárias** vinculadas ao RPPS derivam das Contribuições do Servidor e das Contribuições Patronal, Receita Patrimonial, Receita de Capital e Taxa de Administração.
- b. As **Despesas Orçamentárias** incluem os gastos com a folha de pagamento dos funcionários ativos da Fundação Amazonprev, assim como os desembolsos relacionados a aposentados e pensionistas do Fundo Previdenciário (FPREV) e do Fundo Financeiro (FFIN), além das Despesas Administrativas.
- c. São Transações Estritamente Financeiras as Transferências Recebidas e Concedidas, que podem ser resultantes da Execução Orçamentária (cotas, repasses recebidos e devolução), ou independentes da execução orçamentária.
- d. Os **Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários** correspondem às seguintes inscrições: Restos a Pagar Processados, Restos a Pagar Não Processados, Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, e Outros Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários.
- e. **Caixa e Equivalente de Caixa RPPS** - esse grupo compreende as contas de Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo do Balanço Patrimonial. O valor é composto por aplicações em renda fixa e renda variável. Analisando-se os saldos do exercício anterior com o exercício seguinte observou-se uma queda na evolução no valor de R\$ 869.595.785,29 (oitocentos e sessenta e nove milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, setecentos e oitenta e cinco reais e vinte e nove centavos), essa baixa evolutiva dos recursos deveu-se principalmente pela aplicação dos Títulos do Tesouro Nacional – TNB, que saiu do grupo de Investimentos e Aplicação Temporárias de Curto Prazo e passou para o grupo de Aplicações do RPPS, em Títulos de Responsabilidade do Tesouro no Ativo Não Circulante.



- f. Confrontando-se as Despesas Liquidadas no valor de (R\$ 3.750.847.205,54) com as Despesas Pagas (R\$ 3.719.819.127,33) obtém-se um valor de R\$ 31.028.078,21 (trinta e um milhões, vinte e oito mil, setenta e oito reais e vinte e um centavo) referente as Inscrições dos Restos a Pagar Processados no Balanço Orçamentário. Deste valor diminui-se o montante de R\$ 9.362.889,50 (nove milhões, trezentos e sessenta e dois mil, oitocentos e oitenta e nove reais e cinquenta centavos) relacionados as consignações que já passaram pelo processo de liquidação, por esta razão no Balanço Financeiro consta apenas na rubrica de Restos a Pagar o valor de R\$ 21.665.188,71 (vinte e um milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil, cento e oitenta e oito reais e setenta e um centavos), referente a despesas de pessoal e obrigações tributárias a pagar.

3.3. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia as contas de ativo (bens e direitos) e passivo (obrigações), indicando a situação patrimonial líquida da Amazonprev.

Abaixo serão elencados os itens do balanço patrimonial para os quais julgamos haver necessidade de notas explicativas.

3.3.1. Ativo Circulante

O Ativo Circulante compreende os ativos disponíveis para realização imediata, assim como os ativos que tiverem expectativa de realização até doze meses após a data de encerramento do exercício a que se refere as demonstrações.



EXERCÍCIO	2024 (R\$)	2023 (R\$)
ATIVO CIRCULANTE	4.802.065.174,09	5.684.382.248,91
a. Caixa Equivalente De Caixa	113.634.564,00	452.822.397,08
a.1 Caixa e Equivalente de Caixa em Moeda Nacional	113.634.564,00	452.822.397,08
b. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	35.482.063,65	48.196.365,76
b.1 Créditos Previdenciário a Receber no Curto Prazo	27.510.593,22	40.722.173,16
b.2 Depósitos Restituíveis E Valores Vinculados	-	4.544,22
b.3 Outros Créditos a Receber (P)	2.217.279,61	2.217.279,61
b.4 Alugueis a Receber	5.754.190,82	5.252.368,77
c. Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	4.652.721.851,80	5.183.129.804,01
c.1 Aplicações em Segmento de Renda Fixa – RPPS- I	2.287.684.389,11	2.945.602.959,36
c.2 Aplicações em Segmento de Renda Variavel RPPS	1.413.420.766,93	1.641.476.559,12
c.3 Aplicações do RPPS em Fundos de Investimentos	401.185.674,42	291.068.725,48
c.4 Aplicações do RPPS em Fundos de Invest. Estruturados - Rpps – Plano em Capitalização	550.431.021,34	294.581.727,28
c.5 Aplicações com a Taxa de Administração do RPPS	-	10.352.365,27
c.6 Outros Investimento do RPPS	-	47.467,50
d. Estoque	47.100,46	50.149,76
d.1 Almoxarifado/material de consumo	47.100,46	50.149,76
e. Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	179.594,18	183.532,30
e.1 VPD Financeira a Apropriar- Consolidação	1.473,78	1.473,78
e.2 Demais VPD a apropriar	178.120,40	182.058,52

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

a. Caixa E Equivalentes De Caixa

a.1 Caixa E Equivalentes De Caixa Em Moeda Nacional

Compreende a somatória dos valores financeiros em contas correntes e de aplicações financeiras no curtíssimo prazo. As disponibilidades pertencem aos Planos em Repartição, Capitalização, SPSM - Fundo dos Militares (FPPM) e Taxa de Administração.



b. Demais Créditos E Valores A Curto Prazo:

b.1 Créditos Previdenciário a Receber no Curto Prazo no valor de R\$ 27.510.593,22 (vinte e sete milhões, quinhentos e dez mil, quinhentos e noventa e três reais e vinte e dois centavos), referente a inscrição das Contribuições Previdenciárias da competência de dezembro de 2024 a serem repassadas até o décimo dia do mês subsequente, consoante previsto no art. 83, da LC nº 30/2001.

b.3. Outros Créditos a Receber - Créditos a Receber a título de Taxas de Administração do Legislativo (ALE/AM), conforme artigo 80 da LC 30/2001, texto consolidado em 29/07/2014, no valor de R\$ 2.217.279,61 (dois milhões, duzentos e dezessete mil, duzentos e setenta e nove reais e sessenta e um centavos).

b.4. Valor do aluguel de imóveis do FPREV:

- SEAS – Secretaria de Estado de Assistência Social: Valores em aberto desde 2021, perfazendo o montante de R\$ 4.705.632,69 (quatro milhões, setecentos e cinco mil, seiscentos e trinta e dois reais e sessenta e nove centavos), referente ao período entre o Termo de confissão de dívida e o Contrato atual.
- UEA – Universidade do Estado do Amazonas: Valores em aberto no montante de R\$ 546.736,08 (quinhentos e quarenta e seis mil, setecentos e trinta e seis reais e oito centavos), referente ao período entre o contrato anterior e o atual.

c. Investimento A Curto Prazo – Aplicações em Fundos atrelados ao CDI, refletindo as taxas atuais de mercado com base na taxa SELIC, obedecendo aos parâmetros estabelecidos pelas Resoluções do Conselho Monetário Nacional. Registra também o segmento de Renda variável. O detalhamento referente ao resultado dos Investimentos pode ser consultado nos Relatórios de Investimentos mensais e anual disponíveis no portal de transparência no site da Amazonprev: <https://www.amazonprev.am.gov.br/aceso-a-informacao/investimentos/>



d. Estoques - Materiais destinados ao consumo da Fundação, cujo método para mensuração e avaliação das saídas é o preço médio ponderado, conforme Lei nº 4.320/64 e Resolução CFC nº 1.137/08, que aprova a NBCT 16.10 – Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em entidades do Setor Público.

e. Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente:

e.1 Benefícios pagos. Aguardando relatórios da Prodam para conciliar com saídas financeiras.

e.2 Parcela em trânsito dos Títulos CVS e tarifas bancárias descontadas para posterior devolução pelo Banco.

3.3.2. Ativo Não Circulante

O Ativo Não Circulante compreende os ativos que tem expectativas de realização após os doze meses seguintes à data de encerramentos do exercício a que se referem as demonstrações contábeis, sendo composto pelos seguintes grupos: disponíveis para realização: Ativo Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado e Intangível.



EXERCÍCIO	2024 (R\$)	2023 (R\$)
ATIVO NÃO CIRCULANTE	4.729.651.614,93	3.015.512.418,44
f. Ativo Realizável a Longo Prazo	4.643.896.886,29	2.933.742.336,03
f.1 Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	4.635.217.518,35	2.926.812.494,65
f.2 Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	8.679.367,94	6.929.841,38
Investimentos	77.096.919,34	72.275.781,63
g. Investimentos do RPPS de Longo Prazo	79.981.298,42	75.160.160,71
g.1 Títulos e Valores Mobiliários	3.635.063,62	5.407.371,39
I. Aplicações Em Ativos Em Enquadramento Títulos E Valores	3.635.063,62	5.407.371,39
II. Aplicações em segmento de imóveis - RPPS	76.346.234,80	69.752.789,32
g.2 (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimento	2.884.379,08	2.884.379,08
Imobilizado	8.094.465,96	8.590.157,40
h. Bens Móveis	7.023.921,67	7.023.921,67
h.1 (-) Depreciação acumulada - bens móveis	2.657.881,08	2.451.189,64
i. Bens Imóveis	7.225.000,00	7.225.000,00
i1. (-) Depreciação acumulada – bens imóveis	3.496.574,63	3.207.574,63
j. Intangível	563.343,34	904.143,38
j.1 Softwares	11.653.504,39	10.181.504,39
j2. (-) Amortização Acumulada	11.090.161,05	9.277.361,01

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

f. Ativo Realizável a Longo Prazo

f.1. Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo

O total de Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo foi de R\$ 4.635.217.518,35 (quatro bilhões, seiscentos e trinta e cinco milhões, duzentos e dezessete mil, quinhentos e dezoito reais e trinta e cinco centavos) em 31.12.2024. Esse valor refere-se aos títulos públicos federais. Ressalte-se que no decorrer do exercício de 2024 o Comitê de Investimentos decidiu aumentar a exposição em Títulos Públicos Federais Indexados ao IPCA (NTN-B com Cupons) para precificação na curva (marcação na curva) que foram reclassificados do curto para o longo prazo. Para melhor



detalhamento referente aos resultados dos Investimentos pode ser consultado nos Relatórios de Investimentos mensais e anual disponíveis no portal de transparência no site da AMAZONPREV: <https://www.amazonprev.am.gov.br/acesso-a-informacao/investimentos/>

f.2 Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

Adiantamento concedido em uma parcela paga, no exercício 2024, por força do Contrato de Gestão nº 01/2024 firmado com a Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental – AADESAM para fornecimento de mão de obra.

g. Investimentos Do RPPS De Longo Prazo

g.1 Títulos E Valores Mobiliários

I. Títulos e valores - CVS tipos A, B, C e D, transferidos pelo Estado do Amazonas para fins de capitalização do FPREV, nos termos do art.48 da LC 30/2001, texto consolidado em 29/07/2014. Os títulos são atualizados mensalmente pela TR + taxa de juro que varia de 0,3% a 0,5% conforme o tipo.

II. Imóveis transferidos pelo Estado para capitalização do FPREV para fazer frente aos compromissos previdenciários futuros, de acordo com o art. 48, c/c art.113 da LC nº 30/01 – texto consolidado em 09/07/2014. No exercício os imóveis sofreram valorização em relação ao exercício anterior, segundo laudos técnicos da SEINFRA - Secretaria de Infraestrutura do Estado do Amazonas.

g.2 (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimento: Deságio dos títulos CVS apurado na pesquisa de mercado no exercício de 2018.

h. Bens Móveis – bens de utilização geral adquiridos por meio de procedimentos licitatórios, avaliados mensalmente pelo custo de aquisição. O Decreto Estadual nº 34.161, de 11 de novembro de 2013, instituiu o Sistema de Controle de Patrimônio – AJURI como instrumento obrigatório para a gestão de bens móveis e imóveis dos órgãos integrantes do Poder Executivo.



h.1 (-) Depreciação Acumulada – Bens Móveis

A Depreciação Acumulada dos Bens Móveis é calculada a partir do momento em que o item do ativo se torna disponível para uso. A depreciação dos bens móveis foi realizada no ativo imobilizado no decorrer do exercício conforme Lei nº 4.320/64, as NBCASP e o MCASP.

i. Bens Imóveis – Imóvel utilizado como sede da Fundação, transferido pelo Estado e tombado pelo patrimônio público, classificado como bem de uso especial.

i.1 (-) Depreciação Acumulada dos Imóveis - A Depreciação Acumulada dos Imóveis é feita pelo método linear, conforme as taxas admitidas pela legislação fiscal da Receita Federal do Brasil.

j. Intangível

j.1 Softwares - Aquisição de licenças e direitos de uso de softwares vinculados à atividade fim e meio da Fundação.

j.2. Amortização Acumulada - calculada pelo método linear de vida útil definida no exercício de 2024, totalmente amortizado.

3.3.3. Passivo Circulante E Passivo Não Circulante

Obrigações com pessoal, benefícios e encargos sociais a pagar, e com fornecedores, atendendo às orientações do Manual de Contabilidade (MCASP 10ª Edição) – STN e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. O Passivo Circulante no exercício de 2024 apresentou um saldo final de R\$ 32.595.312,20 (trinta e dois milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, trezentos e doze reais e vinte centavos).



EXERCÍCIO	2024 R\$	2023 R\$
PASSIVO CIRCULANTE	32.595.312,20	90.502.115,47
a. Obrig.Trab. Previdenciária e Assist, A Pagar A Cur	21.634.306,27	65.515.343,76
b. Fornecedores A Pagar C.Prazo	517.388,92	434.768,88
c. Obrigações Fiscais A Curto Prazo	30.882,44	-
d. Provisões a Curto Prazo	763.731,26	763.731,26
e. Demais obrigações a curto prazo	9.649.003,31	23.788.271,57
e.1 Consignações	9.372.810,61	23.512.078,87
e.2 Outras Garantias Contratuais	7.440,00	7.440,00
e.3 Salários/Pagamentos não reclamados	268.752,70	268.752,70
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	7.731.018.633,12	6.651.142.508,11
f. Provisões a Longo Prazo	7.731.018.633,12	6.651.142.508,11
f1. Provisão Para Riscos Trabalhistas	548.678,39	548.678,39
f2. Provisões Matemáticas Previdenciárias A Longo P	7.729.698.034,57	6.649.821.909,56
f3. Provisão Para Riscos Fiscais	771.920,16	771.920,16
TOTAL DO PASSIVO	7.763.613.945,32	6.741.644.623,58

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

- a) **Obrigações Trab. Previdenciária e Assist. A Pagar A Curto Prazo:** As despesas com pessoal no valor R\$ 21.634.306,27 (vinte e um milhões, seiscentos e trinta e quatro mil, trezentos e seis reais e vinte e sete centavos) na conta de Salários e Remunerações e Benefícios do Exercício, referem-se a Benefícios Previdenciários (folha de pagamento dos Aposentados, Pensionistas e Contribuições Previdenciárias), competência de dezembro de 2024.
- b) **Fornecedores A Pagar no Curto Prazo:** O montante de R\$ 517.388,92 (quinhentos e dezessete mil, trezentos e oitenta e oito reais e noventa e dois centavos), refere-se as despesas administrativas dos contratos de fornecimento e serviços.



- c) **Obrigações Fiscais A Curto Prazo:** O montante de R\$ 30.882,44 (trinta mil, oitocentos e oitenta e dois reais e quarenta e quatro centavos), é referente ao PIS a Recolher sobre folha de pagamento dos servidores ativos da Amazonprev, competência de dezembro de 2024.
- d) **Provisões a curto prazo:** Neste grupo é registrada a diferença do Abono de Permanência, Gratificação de Curso e diferença de Enquadramento dos servidores ativos da Amazonprev.
- e) **Demais obrigações a Curto Prazo:** O montante de R\$ 9.649.003,31 (nove milhões, seiscentos e quarenta e nove mil, três reais e trinta e um centavos), se refere aos valores extra orçamentários como IRRF, Consignações, dentre outros valores retidos em folha de pagamento dos aposentados e pensionistas do Poder Executivo e repassados aos respectivos credores no mês subsequente.
- f) **Provisões a Longo Prazo:** É representada em quase sua totalidade pelos registros contábeis das provisões matemáticas.
- f.1 **Provisão Para Riscos Trabalhistas A Longo Prazo - São Provisões de Perdas Judiciais,** referente aos processos em que a Amazonprev é parte, integrando o polo passivo da ação judicial.
- f.2 **Provisões Matemáticas Previdenciárias A Longo Prazo - Representam as obrigações estimadas, líquidas de contribuições a receber, dos planos geridos pela AMAZONPREV, incluindo os Poderes e órgãos que aderiram ao Sistema Único.**
- O passivo atuarial é determinado pela soma da reserva Matemática de Benefícios Concedidos (RMBC) e Reserva Matemática de Benefícios a Conceder (RMBaC) do Fundo em Repartição, Fundo em Capitalização, SPSM Provisões de Benefícios dos Militares, que contemplam os valores presentes de contribuições futuras e de benefícios futuros. Contempla, também, provisão para cobertura de insuficiência financeira do Fundo em Repartição. Os registros contábeis levaram em



consideração alterações no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP de 2024.

Os registros contábeis foram feitos conforme Relatório Nº 011 /2025, apresentado pela empresa especializada ACTUARIAL Assessoria e Consultoria Atuarial Ltda, de responsabilidade técnica do atuário Luiz Claudio Kogut, (MIBA 1.308). A variação apurada entre os exercícios de 2024 (R\$ 7.729.698.034,57) e 2023 (6.649.821.909,56), notadamente, representam as mudanças nas hipóteses de Taxa de Juros e Tábua de Mortalidade: a atualização da tábua de mortalidade do IBGE 2022 para IBGE 2023 e a alteração da taxa de juros de 5,12% para 5,32% ao ano.

Cabe destacar que houve a reclassificação de conta contábil, devido a introdução das contas de provisão do SPSM - Fundo dos Militares (FPPM) no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP de 2024, cujos saldos eram adicionados nas contas contábeis do Fundo em Repartição (FFIN) até o exercício encerrado em 31/12/2023. No exercício de 2024, após a criação dessas contas, se fez necessário a reclassificação para contas contábeis 2272108000000 - Spsm - Provisões de Benefícios Concedidos, e a Cobertura da Insuficiência Financeira do SPSM - Fundo dos Militares (FPPM), onde passou a ser reclassificada na conta contábil 2272108990000 (-) Outras Deduções para identificar claramente sua grandeza.

f.3 Provisão Para Riscos Fiscais: Autos de Infração processados pela Receita Federal do Brasil, cujo recurso administrativo, com efeito suspensivo (art. 151, (inciso III, do CTN), foi julgado procedente em parte, com manutenção parcial do crédito tributário, nos termos do Acórdão nº 04-29.616-3ª Turma da DRJ/CGE.



3.3.4 Demonstrativo Do Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido compreende o valor dos Ativos depois de deduzidos todos os Passivos, podendo evidenciar uma Situação Patrimonial Positiva ou Negativa.

EXERCÍCIO	2024 R\$	2023 R\$
a. Ajustes de Avaliação Patrimonial	29.287.334,19	22.693.888,71
b. Demais Reservas	1.712.235.064,50	1.580.210.830,67
c. Resultados Acumulados	26.580.445,01	355.345.324,39
Resultados Acumulados do Exercício Anterior	355.345.324,39	91.348.170,70
Ajustes de Exercícios Anteriores	- 7.841.400,65	- 50.893,36
+ Resultado do Exercício	- 320.923.478,73	264.048.047,05
c. Total Patrimônio Líquido (a + b + c)	1.768.102.843,70	1.958.250.043,77

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

- Ajuste de Avaliação Patrimonial** - Reavaliação dos imóveis de renda realizado no exercício 2024, conforme critérios técnicos adotados por engenheiro da SEINFRA, perfazendo o montante na ordem de R\$ R\$ 6.593.445,48 (seis milhões, quinhentos e noventa e três mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e quarenta e oito centavos). A contabilização foi feita pelo método de Ajuste de Avaliação Patrimonial de Ativos, conforme prevê a Resolução CFC nº 1.137/08, que aprova a NBC T 16.10.
- Demais Reservas** - Resultado Atuarial Superavitário na ordem de R\$ 1,71 bilhões. O FPREV – Fundo Previdenciário se encontra em perfeito equilíbrio atuarial, conforme disposto no Art. 1º da Lei nº 9.717/98. Tal equilíbrio é de extrema importância, pois é uma das condições necessárias para obtenção do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP).
- Situação patrimonial líquida da Fundação, já refletindo a Avaliação Atuarial consolidada de todos os poderes, com direitos e custos dos Planos de Benefícios



a valor presente, em contrapartida às variações patrimoniais aumentativas e diminutivas:

Houve um decréscimo no saldo acumulado no valor de R\$ 7.841.400,65 (sete milhões, oitocentos e quarenta e um mil, quatrocentos reais e sessenta e cinco centavos), em razão da regularização de alguns contratos dos prestadores de serviços que deram entrada na Nota Fiscal de Serviço no exercício de 2024.

O contrato que apresentou maior impacto foi o da empresa MARCIO LUCENA SOCIEDADE INDIVIDUAL ADVOCACIA, que oferece serviços de coleta, avaliação e reconhecimento de informações relacionadas a processos presenciais de concessão de aposentadorias e pensões do Regime Próprio de Previdência – RPPS, acompanhado pelo COMPREV - Compensação Previdenciária do Estado do Amazonas. Ressalte-se que o pagamento destes serviços é realizado sob demanda, o que resultou na apresentação da Nota Fiscal nº 00000201, emitida em 15/03/2024, referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro e 2023.

O resultado patrimonial negativo do exercício, na ordem de R\$ 320.923.478,73 (trezentos e vinte milhões, novecentos e vinte e três mil, quatrocentos e setenta e oito reais e setenta e três centavos), deveu-se, principalmente, aos efeitos das provisões matemáticas influenciadas pela aplicabilidade às mudanças nas hipóteses atuariais adotando a tábua de mortalidade IBGE 2023, assim como a acréscimo da taxa de juros do FPREV de 5,12% para 5,32% ao ano.

Quadro “Compensações” – Balanço Patrimonial

Do lado dos Atos potenciais ativos, representa Garantias e Contragarantias Recebidas com R\$ 296.725,20 (duzentos e noventa e seis mil, setecentos e vinte e cinco reais e vinte centavos). Do lado dos Atos Potenciais Passivos o item mais significativo são as Obrigações Contratuais em Execução no montante de R\$ 18.203.385,63 (dezoito milhões, duzentos e três mil, trezentos e oitenta e cinco



reais e sessenta e três centavos), abrangendo contratos de fornecimento de serviços.

Superávit / Déficit Financeiro Apurado No Balanço Patrimonial

A diferença entre o ativo financeiro de R\$ 8.420.809.842,76 (Oito bilhões, quatrocentos e vinte milhões, oitocentos e nove mil, oitocentos e quarenta e dois reais e setenta e seis centavos) e o passivo financeiro de R\$ 33.165.107,52 (trinta e três milhões, cento e sessenta e cinco mil, cento e sete reais e cinquenta e dois centavos), resulta no montante de R\$ 8.387.644.735,24 (oito bilhões, trezentos e oitenta e sete milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil, setecentos e trinta e cinco reais e vinte e quatro centavos), para abertura de créditos suplementares ou especiais no exercício seguinte, em conformidade com o artigo n.º 43 da Lei 4.320/64, registrado no Balanço Patrimonial. A referida apuração é realizada por vinculação de recursos, conforme disposto parágrafo único do artigo 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF.

3.3.5 Demonstrações Das Variações Patrimoniais – Anexo 15

Critérios Contábeis Adotados Para A Demonstração Das Variações Patrimoniais

O Artigo 104 da Lei nº 4.320/64, a Portaria STN nº 438/2012 e a Instrução de Procedimentos Contábeis – IPC 05, demonstram as alterações realizadas no Patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e as variações quantitativas que ocorreram no Patrimônio, apurando um resultado entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas. A DVP não segue a mesma classificação orçamentária, portanto, em algumas situações, a comparação entre a execução orçamentária (receitas e despesas) e as variações patrimoniais, pode não haver equivalência.



O Resultado Patrimonial do período assinalou um Déficit de R\$ 320.923.478,73 (trezentos e vinte milhões, novecentos e vinte e três mil, quatrocentos e setenta e oito reais e setenta e três centavos), originado de Variações Patrimoniais Aumentativas no valor de R\$ 15.905.104.165,69 (quinze bilhões, novecentos e cinco milhões, cento e quatro mil, cento e sessenta e cinco reais e sessenta e nove centavos), contra Variações Patrimoniais Diminutivas no valor de R\$ 16.226.027.644,42 (dezesseis bilhões, duzentos e vinte e seis milhões, vinte e sete mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e quarenta e dois centavos).

Os fatores que influenciaram para esse resultado são apresentados nas notas seguintes:

Contribuições: Contribuições Sociais representam valores referentes às receitas de contribuições, incluindo contribuições do segurado e contribuições patronais (intraorçamentárias).

CONTRIBUIÇÕES	2024 (R\$)	2023 (R\$)
Contribuições Sociais – RPPS	1.549.934.215,91	1.419.061.139,69
Contribuição do Servidor	1.549.934.215,91	1.419.061.139,69
Contribuições Sociais – RPPS – Intra	1.596.137.789,67	1.536.906.530,89
Contribuições Patronais	1.596.137.789,67	1.536.906.530,89
TOTAL	3.146.072.005,58	2.955.967.670,58

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras: Registra-se nessa rubrica as contribuições previdenciárias pagas em atraso, como multas e juros de mora. Registra-se, ainda, a Remuneração de Aplicações Financeiras, que entram como receitas orçamentárias, conforme as orientações descritas na Instrução de Procedimentos Contábeis – IPC 14 da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, relativos aos RPPS.



VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	2024 (R\$)	2023 (R\$)
Juros e Encargos de Mora	671.001,49	217.665,22
Remuneração de Aplicação Financeira	197.012.372,56	126.154.432,28
Outras Variações Patrimoniais	358.918.306,21	154.818.206,66
TOTAL	556.601.680,26	281.190.304,16

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Transferências e Delegações Recebidas: Registra-se nessa rubrica o somatório das VPA's, relativas às transferências estritamente financeiras que podem ser resultantes da Execução Orçamentária, como cotas, repasses recebidos e devolução, e aquelas que independem da execução orçamentária, como recebimento de recursos para cobertura de insuficiência financeira.

TRANSFERÊNCIAS e DELEGAÇÕES RECEBIDAS	2024 (R\$)	2023 (R\$)
Transferências Intragovernamentais	6.957.370.475,01	3.569.383.013,09
TOTAL	6.957.370.475,01	3.569.383.013,09

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos: Nessa rubrica registram-se os ganhos de Aplicação em Segmento de Renda Fixa e Renda Variável – registram-se os valores de Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA, conforme as orientações descritas na Instrução de Procedimentos Contábeis – IPC 14 da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, relativos aos RPPS, e cancelamento de passivo.

VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	2024 (R\$)	2023 (R\$)
Ganhos com Incorporação de Ativos	777.910.397,34	1.037.911.177,21
Desincorporação de Passivos	250.557,00	2.997.925,80
TOTAL	778.160.954,34	1.040.909.103,01

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI



Outras Variações Patrimoniais Aumentativas: Demonstram valores das provisões matemáticas previdenciárias em longo prazo, as provisões em curto prazo, as restituições financeiras e a compensação previdenciária.

OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2024 (R\$)	2023 (R\$)
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	4.387.811.720,46	2.684.738.857,12
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	77.128.056,62	113.716.944,25
TOTAL	4.464.939.777,08	2.798.455.801,37

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Pessoal e Encargos: A conta trata de valores referentes à folha de pagamento e seus encargos, assim como auxílio alimentação, Indenização e Restituição dos Servidores ativos da Fundação Amazonprev.

PESSOAL E ENCARGOS	2024 (R\$)	2023 (R\$)
Remuneração a Pessoal	32.315.920,33	31.529.199,20
Encargos Patronais	166.756.713,87	137.380.609,57
Benefícios a Pessoal	1.611.930,75	1.449.333,25
Outras VPD - Pessoal e Encargos	13.449,90	-
TOTAL	200.698.014,85	170.359.142,02

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Benefícios Previdenciários: Apresentam valores referentes a Benefícios Previdenciários (aposentadorias e pensões) e salário-família, incluindo décimo terceiro salário.

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	2024 (R\$)	2023 (R\$)
Aposentadorias E Reformas	2.818.370.998,56	2.160.674.223,09
Pensões	787.771.111,15	646.190.695,25
TOTAL	3.606.142.109,71	2.806.864.918,34

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI



Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo: Os valores abaixo especificados representam registros pela competência destacando-se: o material requisitado, diárias, restituição à pessoa física, serviços de terceiros pessoa jurídica, depreciação de bens móveis dentre outras.

USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	2024 (R\$)	2023 (R\$)
Uso De Material De Consumo	73.942,45	82.910,21
Serviços	24.797.344,34	32.400.375,47
Depreciação, Amortização E Exaustão	2.308.491,48	2.319.906,37
TOTAL	27.105.835,82	34.720.281,84

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação Passiva: Representa o somatório das variações diminutivas com desvalorização pela marcação a mercado desses ativos, incluem as baixas de créditos a receber, regaste dos Juros dos Títulos CVS, dentre outros.

DESVALORIZAÇÃO E PERDAS DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO PASSIVAS	2024 (R\$)	2023 (R\$)
Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	1.746.328.821,84	1.500.387.639,94
Desincorporação de Ativos	2.028.836,09	2.017.825,12
TOTAL	1.748.357.657,93	1.502.405.465,06

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas: São valores das Provisões matemáticas atuariais, provisões de curto e longo prazo, provisão de perdas judiciais, compensação financeira entre regimes previdenciários e das diversas variações patrimoniais diminutivas.



OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2024 (R\$)	2023 (R\$)
VPD de Constituição de Provisões	5.599.712.079,30	4.057.902.591,55
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	240.165.717,27	191.621.981,73
TOTAL	5.839.877.796,57	4.249.524.573,28

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Análise do resultado apurado

O resultado apurado do período considerou as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, apresentando resultado do exercício negativo, com Déficit Patrimonial no valor de R\$ - 320.923.478,73 (trezentos e vinte milhões, novecentos e vinte e três mil, quatrocentos e setenta e oito reais e setenta e três centavos). Comparando-se o déficit apurado com o superávit do exercício anterior R\$ 264.048.047,05 (duzentos e sessenta e quatro milhões, quarenta e oito mil, quarenta e sete reais e cinco centavos), obteve-se uma variação negativa de - 221,54%, registrado principalmente nos eventos relatados na nota explicativa 3.3.4.c do Demonstrativo do Patrimônio Líquido.

3.3.4. Demonstrações Do Fluxo De Caixa

Critérios Adotados Para O Fluxo De Caixa

O Fluxo de Caixa permite a avaliação da capacidade para gerar equivalentes de caixa em situações de liquidez imediata e apresentam as entradas e saídas classificadas em fluxos operacionais, de investimentos e financiamentos. É elaborado pelo método direto e evidencia as operações que ocorrem na conta Caixa e Equivalentes de Caixa, seguindo de acordo com as demonstrações contábeis da Instrução de Procedimentos Contábeis – IPC 08 e ao disposto nas Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP.



Análise Do Resultado Apurado

O resultado de caixa e equivalente de caixa apurados no exercício foi negativo em R\$ 869.600.329,51 (oitocentos e sessenta e nove milhões, seiscentos mil, trezentos e vinte e nove reais e cinquenta e um centavos).

Realizando a comparação com o exercício anterior essa redução se deu, principalmente, pela modificação da Aplicação dos Títulos do Tesouro Nacional – TNB, que saiu do grupo de Investimentos, e Aplicações Temporárias de Curto Prazo, que passou para o grupo de Aplicações do RPPS, em Títulos de Responsabilidade do Tesouro no Ativo Não Circulante.

Manaus (AM) 31 de dezembro de 2024.

(documento assinado digitalmente)

Flaviana Galúcio Zoumbounelos

Contadora CRC/AM 011086/O

Fundação Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas
AMAZONPREV

(documento assinado digitalmente)

Arnaldo de Souza Reis

Gerente de Administração e Finanças da Fundação

Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas – AMAZONPREV



(documento assinado digitalmente)

Leonardo Almeida de Siqueira Cavalcanti

Diretor de Administração e Finanças da Fundação Fundo Previdenciário
do Estado do Amazonas - AMAZONPREV

(documento assinado digitalmente)

Ary Renato Vasconcelos de Souza

Diretor Presidente da Fundação Fundo Previdenciário
do Estado do Amazonas - AMAZONPREV

